

AL obtém avanços durante VII Unctad em San José

San José — Em meio ao persistente agravamento de sua crise econômica, os países da América Latina conseguiram esta semana um substancial avanço para posições de consenso em temas que, como a dívida externa, são fundamentais para o futuro da região.

A reunião da Coordenação Latino-Americana antes da VII Unctad (Conferência das Nações Unidas para o comércio e o Desenvolvimento), realizada em San José de 16 a 20 de março, demonstrou que os diversos governos do continente encaminha-se para um nível de concordância quase surpreendente neste campo.

As enérgicas resoluções da conferência, que condenaram os bancos internacionais e o mundo industrializado por não ter compreendido até agora a relação que existe entre o problema da dívida externa latino-americana e as necessidades de desenvolvimento sócio-econômico da região, mereceram por igual tanto o apoio de Cuba e Nicarágua como do Chile.

“O problema da dívida é o maior obstáculo ao desenvolvimento da América Latina”, proclamou a conferência, enquanto denunciava à insensibilidade” dos países desenvolvidos que, até o momento, recusaram assumir suas responsabilidades nesse campo.

Nesse sentido, a América Latina decidiu que a dívida externa — 400 bilhões de dólares — não pode ser paga nas atuais condições e sem um desenvolvimento econômico estável.”

Além disso, considerou urgente estabelecer “um diálogo entre credores e devedores, baseado fundamentalmente nos princípios da co-responsabilidade e do direito ao desenvolvimento para alcançar uma solução global e permanente”.

A ministra do Comércio Exterior da Costa Rica, Muni Figueires, estimou que o comunicado de San José — como

se conhece o documento assinado nesta capital e que será levado em abril à reunião prévia da Unctad do grupo dos 77 — é um reconhecimento da quebra do sistema financeiro internacional”.

Figueires insistiu à AFP que o manejo mundial da dívida externa, “não está funcionando nem para os países pobres nem para os ricos”, e que essa situação, “distorce tudo e impede qualquer crescimento” na região. Revelou também que as deliberações desta semana em San José foram desenvolvidas facilmente, com enorme concordância de posições e sem que nenhum país pretenda assumir uma liderança específica ou impor suas teses.

Os latino-americanos ressaltaram que “o elevado serviço da dívida, unido à brusca contração das correntes financeiras, principalmente dos bancos comerciais privados, transformaram a região em notória exportadora de capitais para os países desenvolvidos.

A incidência desse fenômeno significou transferências de 130 bilhões de dólares da América Latina ao exterior nos últimos cinco anos e, portanto, dizem os latino-americanos, “é urgente mudar essa insustentável situação”.

O comunicado de San José também avalia as posições assumidas por países como Peru e Brasil em relação a suas dívidas que de acordo com alguns participantes adquirem cada vez maior legitimidade.

Os delegados presentes discutiram ainda o problema do comércio insistindo na necessidade de “superar os desequilíbrios nas relações econômicas internacionais, garantir um acesso seguro e estável de nossos produtos aos mercados dos países industrializados, desmantelar as medidas protecionistas e discriminatórias e eliminar o uso de medidas econômicas como instrumento de pressão política.